

**PROGRAMA DE ENSINO
MESTRADO E DOUTORADO EM DIREITO**

CURSO:	(X) - MESTRADO EM DIREITO	Ano Letivo: 2023/02
	() - DOUTORADO EM DIREITO	
DISCIPLINA:	GESTÃO DE POLÍTICAS EMPRESARIAS E FINANCIAMENTO ESTATAL	
CARGA HORÁRIA:	45 HORAS	CRÉDITOS: 03 CRÉDITOS
TURMA:	2022/02	
PROFESSOR(A):	RICARDO PINHA ALONSO	
ASSISTENTE:		
DATA DAS AULAS:	DE 31/08/2023 a 16/12/2023	

1. EMENTA:

A empresa, sua caracterização e seu papel como agente econômico (sua função social). Os fatores de produção, as empresas e as metas de política macroeconômica (alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda socialmente justa, crescimento econômico). Objetivos das políticas empresariais e o financiamento estatal. A moeda, o crédito e o seu controle ligado a gestão de políticas empresariais.

As funções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central e seus instrumentos jurídicos de atuação. O planejamento econômico e as políticas governamentais de apoio as empresas. A visão econômica e a visão jurídica da importância do mercado de bens e serviços. O Produto Interno Bruto (PIB) como medida de bem estar da população. As formas de incentivo, financiamento e regulação das atividades econômicas ligadas as empresas. A participação direta e indireta do Estado nas formas de financiamento das atividades econômicas ligadas as empresas e sua importância para a sociedade. O contrato como instrumento viabilizador das políticas de gestão empresarial e financiamento estatal. A problemática dos conflitos jurídicos resultantes da atividade estatal de financiamento e de gestão das políticas empresarias. Compliance. Gestão de risco e integridade.

2. OBJETIVOS EDUCACIONAIS:

2.1 Objetivos Gerais:

- desenvolver potencialidades para identificar as relações entre as políticas empresariais, as políticas públicas econômicas e as possibilidades de incentivos para a gestão das empresas.

2.2 Objetivos Específicos:

- expor as relações entre as atividades econômicas empresariais e a intervenção do Estado

- identificar os reflexos dos modelos de estado e de governo na atividade econômica, com especificidade para a área empresarial;

- identificar as políticas públicas econômicas concretas da atualidade e os resultados face à política do Estado de desenvolvimento socioeconômico

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Aula 01 – Apresentação do curso - Seminários – Grande tema “Governança” – Atividade especial
Conceito e implicação para as ciências sociais aplicadas
Aspectos jurídicos

Desenvolvimento econômico

Políticas públicas, inclusão e desenvolvimento econômico

A participação da sociedade na governança

Relações e organizações internacionais

Rodadas OMC

GAAT e Maastricht

Aula 02 – Seminários – Grande tema: Políticas Empresariais e o Financiamento Estatal: O Planejamento Econômico e as Políticas Governamentais de Apoio as Empresas.

Do Estado absolutista ao Estado constitucional de direito - o constitucionalismo

Sociedade, Constituição e Economia

Marco histórico e institucional da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade

A Revolução Liberal

Estado x Sociedade Liberal

Estado x sociedade x mercado

Contradições entre Estado e mercado

Estados sociais e os impactos na ordem econômica

Aula 03 – Seminários – Grande tema: Financiamento estatal, políticas públicas e tributárias.

A complexidade do Estado brasileiro e as dificuldades deste tempo.

A institucionalidade ameaçada e as dificuldades políticas e estruturais do Estado brasileiro

O projeto do Estado do bem-estar da CF/1988 foi concretizado?

Das reformas necessárias

A reforma tributária

A reforma administrativa

Aula 04 – Seminários – Avaliação – Grande tema “Compliance”

Conceito e origem

Gestão de riscos

FCPA e Lei Sarbanes-Oxley

Programa de integridade

Compliance nas empresas estatais

Lei anticorrupção

Lei de Responsabilidade Fiscal

Contabilidade e auditoria públicas

Contabilidade forense

Atividade AC 1657 - STF

Seminários – todas as datas

Avaliação escrita – última data

4. PROCEDIMENTOS – RECURSOS – AVALIAÇÃO:

4.1 Procedimentos Didáticos (metodologia): aulas expositivas e seminários

4.2 Recursos:

- leituras de bibliografias recomendadas
- Notas de aula (quando necessário)
- Participação de professores externos

4.3. Participação dos alunos

1) Seminários (2,0 pontos). Os alunos deverão preparar apresentação em Power point ou com notas de aula por 40-50 minutos. Apresentação de estudos de caso referenciados no programa da disciplina. Temas de seminários a serem apresentados em aula:

<p>Auditoria jurídica e contábil (interna e externa): rotatividade, falhas de avaliação e regulação no direito brasileiro e comparado</p>	<p>Analisar, no contexto brasileiro e estrangeiro, a importância e as finalidades precípua da auditoria jurídica e contábil nas empresas.</p>
<p>Patrocínios de empresas estatais ao esporte e cultura: ponderação entre promoção cultural e lucro de artistas famosos</p>	<p>Contextualizar a necessidade de patrocínio estatal para o esporte e a cultura, visando sua promoção, diante da existência de situações que buscam angariar mais fundos a artistas ou esportistas já conceituados.</p>
<p>O caso Parmalat</p>	<p>Estudar o escândalo financeiro da Parmalat, principalmente a partir do uso de documentação contábil falsa.</p>
<p>Proposta 1:12 da Suíça</p>	<p>Analisar a Proposta suíça de limitação de remunerações de executivos, tendo em vista a discrepância salarial, bem como outras propostas comparadas.</p>
<p>O financiamento da saúde norte-americana: a natureza jurídica do Obamacare e as propostas de mudanças republicanas</p>	<p>Avaliar as mudanças realizadas pelo sistema Obamacare no financiamento da saúde norte-americana, bem como as propostas atuais.</p>
<p>Apoio financeiro particular e coletivo em franquias de futebol: o caso Orlando City</p>	<p>Compreender métodos diversificados para angariar fundos por grandes franquias esportivas, inserindo um grande número de pequenos parceiros privados, em troca de benefícios, inclusive estatais.</p>
<p>Lei anticorrupção e empresas estatais</p>	<p>Propor um paralelo de aplicação da lei anticorrupção nas empresas estatais.</p>
<p>Caso Apple e a manutenção de valores no exterior para investimentos sem pagamento de tributos: governança corporativa versus planejamento tributário</p>	<p>Estudar a opção por sistema de utilização de países com tributação diferenciada, com posterior transferência sem tributação para os Estados Unidos, e o embate que a questão promove tendo como valores opostos a governança corporativa e o planejamento tributário.</p>
<p>O caso Enron e Arthur Andersen</p>	<p>Propor um estudo amplo acerca da ausência de transparência e falsidade de informações prestadas por empresa com valores mobiliários, com apoio ilícito de empresas de auditoria.</p>
<p>Sistema de partilha na exploração dos blocos do pré-</p>	<p>Compreender, a partir da Lei 12.351, o novo sistema de partilha de produção nos blocos da camada de pré-sal.</p>

sal	
Concessão de financiamentos públicos: transparência, eficiência e princípios constitucionais	Avaliar o modus operandi da concessão de financiamentos públicos, sobretudo pelo BNDES, bem como os requisitos para a seleção das propostas que mais se afinem com o interesse público.
Incentivos fiscais para construção dos estádios brasileiros: o caso da Arena Corinthians	Explicar acerca da opção dos governos em conceder benefícios para organizações privadas na construção de edificações esportivas.
O Financiamento Público do Poder Judiciário	Elucidar a sustentabilidade do Poder Judiciário a partir da extrapolação de recursos próprios e direcionamento de orçamento do ente público.
Financiamento privado do sistema penitenciário	Propor medidas que busquem implementar melhorias no sistema carcerário a partir da participação do financiamento privado, atingindo-se operacionalidade e sustentabilidade do modelo.
O caso Stratton Oakmont	Estudar a possibilidade de empresas do mercado financeiro fraudarem o sistema e os próprios acionistas, bem como as consequências e alternativas para prevenir a prática.
As empresas brasileiras diante da Lei Sarbanes-Oxley	Propor uma análise acerca da influência da Lei Sarbanes-Oxley no contexto interno das empresas brasileiras que negociam títulos na Bolsa de Nova York
Linha 4 – Amarela	Propor uma análise detalhada acerca da PPP formada pelo Governo de SP e outras empresas para construção e operação da linha 4 – amarela do metrô
<p>2) Trabalho individual: entrega do trabalho escrito seguindo as regras da ABNT com 15-20 páginas de conteúdo a ser entregue, impresso, no dia da aula 04 (03 pontos), devendo conter: Resumo e abstract com respectivas palavras-chave, sumário, introdução, desenvolvimento em mais de um capítulo (com subitens) e conclusões sintéticas e numeradas.</p> <p>Atividade AC 1657 – valor 2,0 pontos</p> <p>Prova escrita (valor = 3,0)</p>	

5. BIBLIOGRAFIAS:

5.1 – Bibliografia básica:

Bibliografia básica

AGUILLAR, Fernando Herren. Direito econômico: do direito nacional ao direito supranacional. São

Paulo: Atlas, 2006.

ALMADA, Diego Bisi; BORGES DE OLIVEIRA, Emerson Ademir; MAZZINI, Jefferson Luís. Direito empresarial. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

BARBIERI, José Carlos; CHAMAS, Cláudia Inês. O acordo sobre direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPs) e as políticas de saúde e de defesa da biodiversidade. Revista Eletrônica de Administração. N. 59, v. 14, jan./abr., 2008, p.25-49.

BENEDICTO, Gildeon Carvalho de et alli. Governança corporativa: o que é, para que serve e sua importância para a empresa de origem familiar. In: SILVA FILHO, Cândido Ferreira et alli (Org.). Ética, responsabilidade social e governança corporativa. Campinas: Alínea, 2008.

BORGES DE OLIVEIRA, Emerson Ademir. Curso de jurisdição constitucional: direito comparado e ideias para um novo STF. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

BORGES DE OLIVEIRA, Emerson Ademir. Procuradoria das Empresas Estatais Federais: uma garantia contra a corrupção. Revista Jurídica da Unicuritiba. Curitiba, v.2, n.51, 2018, p.294-313.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 7.ed. Coimbra: Almedina, 2007.

CUNHA, Alice. O Tratado de Maastricht: a Europa e Portugal em mudança. Debater a Europa. N.6, jan./jun. 2012, p.24-40.

CVM. Recomendações da CVM sobre governança corporativa. Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

EHRMANN, Henry W. Democracy in a changing society. New York: Frederick A. Praeger, 1964.

FARIAS, Márcia Ferreira Cunha. Empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica – princípio da publicidade. Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 29, n.114, p.199-204, abr./jun. 1992.

FRANK BOLD; CASS BUSINESS SCHOOL. Corporate governance for a changing world: final report of a global roundtable series. Brussels and London: Corporation Project, 2016.

GONÇALVES, Alcides. O conceito de governança. Anais do XIV Congresso Nacional do CONPEDI - Fortaleza. Fundação Boiteux: Florianópolis, 2005.

GONÇALVES, Everton das Neves; STELZER, Joana. O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias e a formação do Mercado Único Europeu. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI, Brasília, p.2628-2644, nov. 2008.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. Introdução à economia. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

IBGC. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5.ed. São Paulo: Instituto Brasileiro de

Governança Corporativa, 2015.

MAGALHÃES, José Carlos de. Direito econômico internacional. Curitiba: Juruá, 2005.

MCLEAN, Iain. Public choice: an introduction. Oxford: Blackwell, 1987.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 17.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. O desvio de poder. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 172, abr./jun. 1998, p.1-19.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Sociedades mistas, empresas públicas e o regime de direito público. Revista Diálogo Jurídico. Salvador, n.13, p.1-10, abr./mai. 2012.

MELO, Marcus André B. C. de. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALLADARES, L. (Org.). Governabilidade e pobreza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MORCK, Randall K.; STEIER, Lloyd. The global history of corporate governance: an introduction. Cambridge: NBER, 2005.

OECD. Principles of corporate governance. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2015.

PIERIK, Roland. Globalization and global governance: a conceptual analysis. Hague Joint Conference, 2003, p.454-462.

PINTO, Bilac. O declínio das sociedades de economia mista e o advento das modernas empresas públicas. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v.32, p.1-15, 1953.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. Empresa estatal. São Paulo: Atlas, 2010.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito internacional público e privado. Salvador: JusPodivm, 2011.

SANTOS, Maria Helena de Castro. Governabilidade, governança e democracia: criação da capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997, p.335-376.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SERAFIM, Elisio; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves; ALLEDI, Cid. Histórico e fundamentos da governança corporativa: contribuições para a sustentabilidade das organizações. Anais do VI Congresso Nacional de Excelência em Gestão. Niterói, 2010.

SICHERL, Pavle. Conceitos de empresa pública em diferentes contextos sócio-econômicos. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, n. 16, p.53-70, out./dez. 1982.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 30.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SÜSSMUTH, Rita. Demokratie: Mangelt es an Offenheit und Bürgerbeteiligung? Aus Politik und Zeitgeschichte. Bonn, v.44-45, p.3-7, 2011.

THE WORLD BANK. Governance and development. Washington: The International Bank for Reconstruction and Development, 1992.

THE WORLD BANK. The reform of public sector management: lessons of experience. Washington: The World Bank, Country Economics Department, 1991.

TORRES, Roberto Dutra. Governabilidade, governança e poder informal: um problema central da sociologia política. Civitas. Porto Alegre, v.16, n.1, jan./mar. 2016, p.153-171.

ZÜRN, Michael. Globalization and global governance. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. Handbook of International Relations. London: SAGE, 2013. p.401-425

Bibliografia complementar

AGUILLAR, Fernando Herren Fernandes. Direito Econômico - Do Direito Nacional ao Direito Supracional. Ed. Atlas, 2005.

APPIO, Eduardo. Controle Judicial das Políticas Públicas. 4ª Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2007.

BERCOVICI, Gilberto. Desigualdades Regionais, Estado e Constituição. São Paulo: Max Limonard, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Construindo o estado republicando: democracia e reforma da gestão pública. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas Públicas: Reflexões Sobre O Conceito. São Paulo: Saraiva, 2006

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Aplicação da legislação antitruste: Política de Estado e Política de Governo. Revista do IBRAC, v. 3. n.6. p. 124-131.

FONSECA, João Bosco Leopoldino da. Direito Econômico. Editora Forense, 1995.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de Economia Política. Editora Saraiva, 1995.

LEAL, Rogério Gesta. Estado, Administração Pública e Sociedade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005

MONCADA, Luis S. Cabral de. Direito Economico. 5ª ed. Coimbra Editora, 2007

MUKAI, Toshio. Participação do Estado na Atividade Econômica. Ed. Revista dos Tribunais, 1979.

PASTORE, Eduardo. O trabalho sem emprego. São Paulo: LTr, 2008

SCHOUERI, Luís Eduardo. Normas tributárias indutoras e intervenção econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SIRAQUE, Vanderlei. Controle Social e Função Administrativa do Estado. ed. Saraiva, 2005.


SUNFELD, Carlos Ari. Parcerias público-privadas. São Paulo: Malheiros, 2005.

TALAMINI, Eduardo e JUSTEN Monica Spezia . Parcerias Público -Privadas: Um enfoque multidisciplinar. Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

VITA, Jonathan Barros. Auditoria jurídica, análise de riscos e determinação de custos: a adaptação do direito brasileiro aos princípios contábeis internacionais pelas leis 11.638 e 11.941 em uma sociedade mundial pós-crise do subprime. In: Auditoria em migalhas vol. III. Org.: Jayme Vita Roso. São Paulo: Scortecci, 2010. p. 143-174.

Marília, 24 de julho de 2023.

Assinatura

Coordenador(a) do Curso: 

Aprovado pela Subcomissão do Curso em: 24/07/2023